

Boletim gemaa



AÇÕES AFIRMATIVAS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICOS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Anna Carolina Venturini

João Feres Júnior

n.6 – 2018

RESUMO

Neste boletim analisamos as políticas de ação afirmativa adotadas por programas de pós-graduação acadêmicos (mestrado e doutorado) de universidades públicas brasileiras no período de 2002 a janeiro de 2018.

INTRODUÇÃO

Desde 2002, programas de pós-graduação de universidades públicas começaram a adotar ações afirmativas para ingresso em seus cursos. Tais políticas, contudo, permaneceram incipientes até recentemente e pouco analisadas pela literatura acadêmica, especialmente no que toca sua estruturação enquanto políticas públicas.

Este boletim apresenta as principais características das políticas instituídas na pós-graduação de universidades públicas entre 2002 e janeiro de 2018. A partir dos documentos oficiais divulgados pelos programas e universidades, analisamos variáveis como as modalidades adotadas, desenho institucional, principais grupos de beneficiários e perfil dos programas de pós-graduação.

Palavras-chave: Ação afirmativa. Brasil. Pós-Graduação. Ensino superior. Desigualdade.

METODOLOGIA

Foram analisados editais de 2.808 programas de pós-graduação acadêmicos (mestrado e doutorado) de universidades públicas brasileiras divulgados entre 2002 e janeiro de 2018.

O universo do presente estudo perfaz um total de 2.763 programas em funcionamento e que obtiveram notas de 3 a 7 na última avaliação quadrienal da CAPES. Os programas com notas 1 e 2 foram excluídos, pois tal avaliação sinaliza iminência de encerramento das atividades.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS

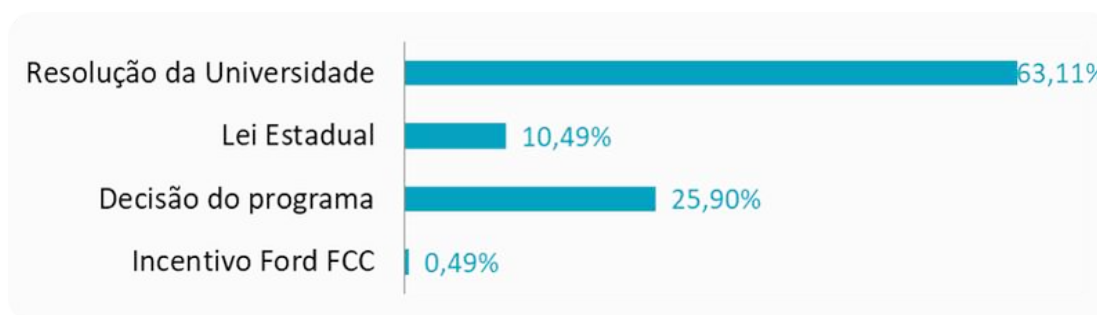
Até janeiro de 2018, havia 610 programas de pós-graduação acadêmicos com ações afirmativas. Algumas dessas políticas são decorrência de decisões internas aos próprios programas, enquanto outras foram criadas por determinação de leis estaduais ou de resoluções de conselhos universitários válidas para todos os cursos de pós-graduação de uma determinada instituição de ensino.

Considerando as políticas criadas por programas específicos e aquelas criadas para todos os programas de uma universidade pública, o número de programas com políticas afirmativas representa aproximadamente 18% do total de programas de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas brasileiras.

Segundo os dados levantados em nosso estudo anterior, até o início de 2017, 61,22% das políticas de ação afirmativa existentes na pós-graduação eram decorrentes de iniciativas dos próprios programas (VENTURINI, 2017).

Todavia, houve uma mudança brusca nessa configuração institucional, pois atualmente 63,11% dos programas têm ações afirmativas em cumprimento a resoluções dos conselhos universitários que determinam a adoção dessas medidas por todos os programas da universidade.

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE INICIATIVAS VOLTADAS PARA O INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO CONFORME A FORMA DE INSTITUIÇÃO (N=610)



Políticas de cotas na pós-graduação foram aprovadas pelos Conselhos Universitários de 11 universidades públicas: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS).

Apesar de não determinar a obrigatoriedade de políticas afirmativas nos cursos de pós-graduação, a Portaria Normativa n° 13 do MEC é mencionada nos documentos de diversos programas como fator que contribuiu para a criação das medidas, cujo número aumentou significativamente nos últimos dois anos.

BENEFICIÁRIOS E FORMA DE IDENTIFICAÇÃO

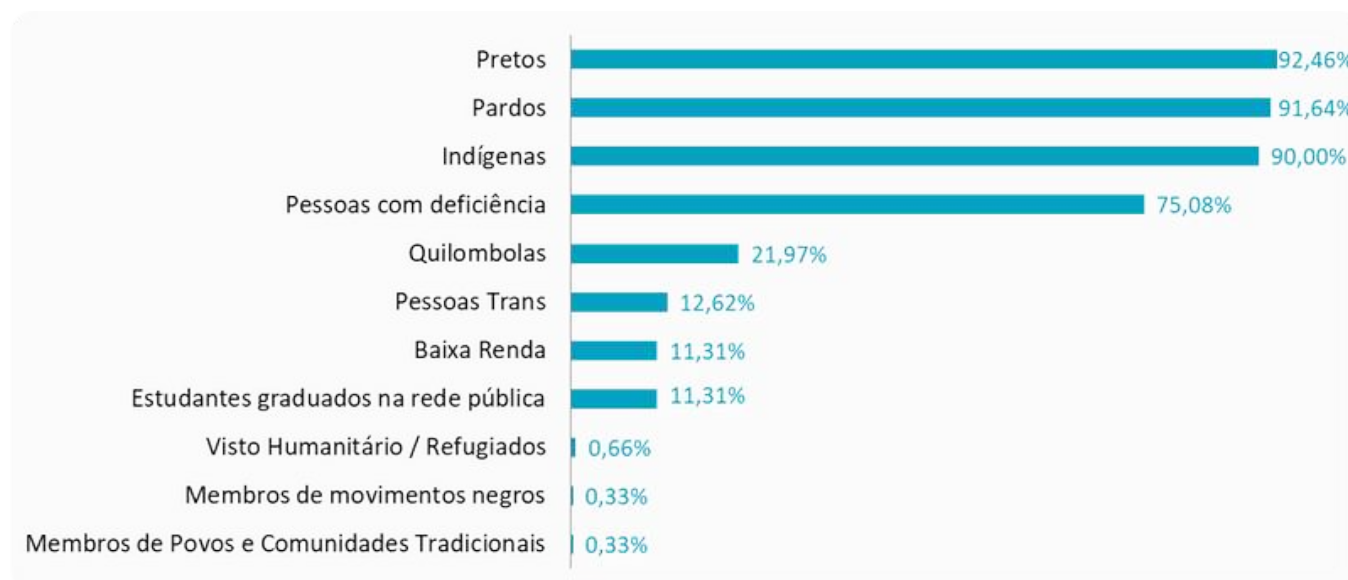
Diferentemente das medidas voltadas para o acesso aos cursos de graduação, nas quais os principais alvos são os alunos egressos da rede pública de ensino médio e fundamental e que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas, nas políticas para pós-graduação são raras as iniciativas que condicionam o benefício à conclusão do ensino médio na rede pública ou à baixa condição socioeconômica.

*A categoria "Incentivo Ford/FCC" se refere aos programas que criaram ações afirmativas em razão do Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil.

Os dados atuais apontam os estudantes pretos como os principais beneficiários, independentemente do nível socioeconômico ou local de conclusão dos estudos, sendo alvo de 564 iniciativas, o que corresponde a 92,46% das políticas analisadas.

A maioria dos programas também possui medidas em prol de candidatos pardos (559 iniciativas), indígenas (549 iniciativas) e com deficiência (458 iniciativas). Ademais, também existem políticas em favor de estudantes de baixa condição socioeconômica, quilombolas, pessoas transexuais, travestis e portadores de visto humanitário.

GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE INICIATIVAS DE ACORDO COM O TIPO DE BENEFICIÁRIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS (N=610)



Nota-se, portanto, que os principais alvos das políticas para pós-graduação são os estudantes pretos, pardos e indígenas, o que demonstra uma mudança em relação à graduação, na qual as cotas sociais foram por muito tempo maioria (FERES JÚNIOR, DAFLON & CAMPOS, 2011).

Outro aspecto que chama atenção é o fato de que as medidas voltadas para a pós-graduação têm incluído entre os beneficiários grupos que não haviam sido alvo de políticas para o ingresso em cursos de graduação, tais como as pessoas transexuais e travestis, e refugiados.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) aprovou no início de 2017 uma política afirmativa para todos os seus programas de pós-graduação e tornou-se uma das primeiras universidades a se preocupar com a inserção de pessoas transgênero nesse nível educacional. Os programas de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Artes Cênicas da Universidade de Brasília (UnB) também possuem medidas em favor de pessoas trans.

MODALIDADES

Um dos principais pontos de discussão acerca das ações afirmativas é a denominação das políticas como “cotas”. Essa modalidade de política, também conhecida como sistema de reserva de vagas, corresponde à destinação de uma parcela das vagas a estudantes pertencentes a certos grupos sociais e/ou étnico-raciais. Todavia, nem todos os programas de pós-graduação adotam cotas.

Entre os 610 programas de pós-graduação com políticas afirmativas encontrados, 68,85% (420 iniciativas) aplicam exclusivamente o sistema de cotas, enquanto outros programas:

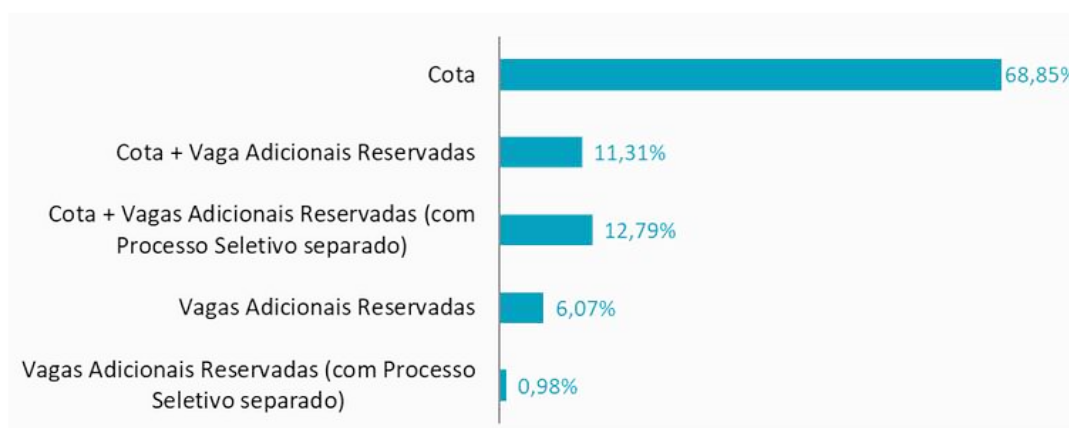
(a) estabelecem cotas para um determinado grupo e vagas adicionais destinadas exclusivamente a outro(s) grupo(s) de beneficiários, todos submetidos a processo seletivo regulado por edital único;

(b) estabelecem cotas para um grupo e oferecem um certo número de vagas adicionais destinadas exclusivamente a outro(s) grupo(s) de beneficiários, os quais são submetidos a um processo seletivo separado e com regras distintas;

(c) oferecem um certo número de vagas adicionais destinadas exclusivamente para pessoas pertencentes a determinados grupos e todos os candidatos são submetidos a processo seletivo regulado por edital único; ou

(b) criam apenas vagas adicionais destinadas exclusivamente a determinados grupos, os quais são submetidos a processos seletivos separados e com regras distintas.

GRÁFICO 3 - PROPORÇÃO DE MODALIDADES ADOTADAS (N=610)



A despeito da diversidade de formatos, é preciso anotar que, assim como na graduação, o formato cotas é de longe o mais adotado. Se tomarmos a criação de vagas adicionais como uma variante da reserva de vagas, as cotas batem 100%. Isso mostra que a modalidade bônus, adotada anteriormente na graduação, foi ignorada nas políticas da pós-graduação. Não sem razão, como já demonstramos em outros estudos (VENTURINI, 2015; VENTURINI & FERES JÚNIOR, 2016), ela pode ser bastante ineficaz.

AVALIAÇÃO DA CAPES

A fim de testar a hipótese de existência de alguma correlação entre a criação de políticas afirmativas e a qualidade dos programas, cruzamos os dados com o conceito obtido pelos programas de pós-graduação na última avaliação da CAPES.

Apesar da maioria dos programas que criaram ações afirmativas ser apenas cursos de mestrado com notas 3 (25,90%) e 4 (12,13%) ou mestrado e doutorado com nota 4 (26,39%), verifica-se que 13,6% das iniciativas foram instituídas por programas com notas 6 (8,85%) e 7 (4,75%), aqueles com o maior padrão de excelência segundo a CAPES.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS ACADÊMICOS COM AÇÃO AFIRMATIVA (N=610) CONFORME NOTA DE AVALIAÇÃO DA CAPES

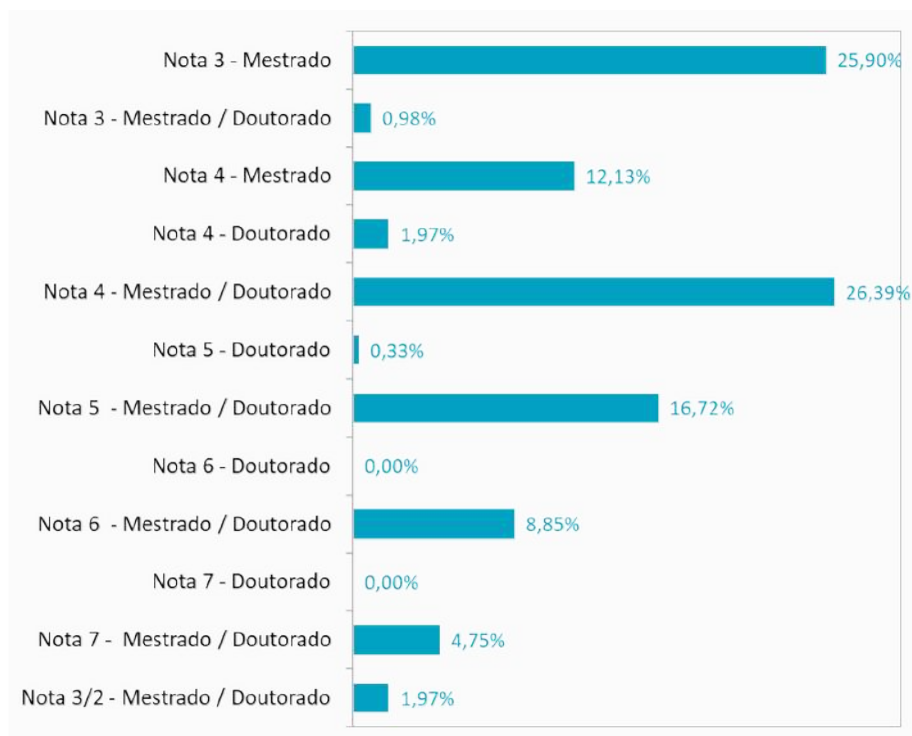
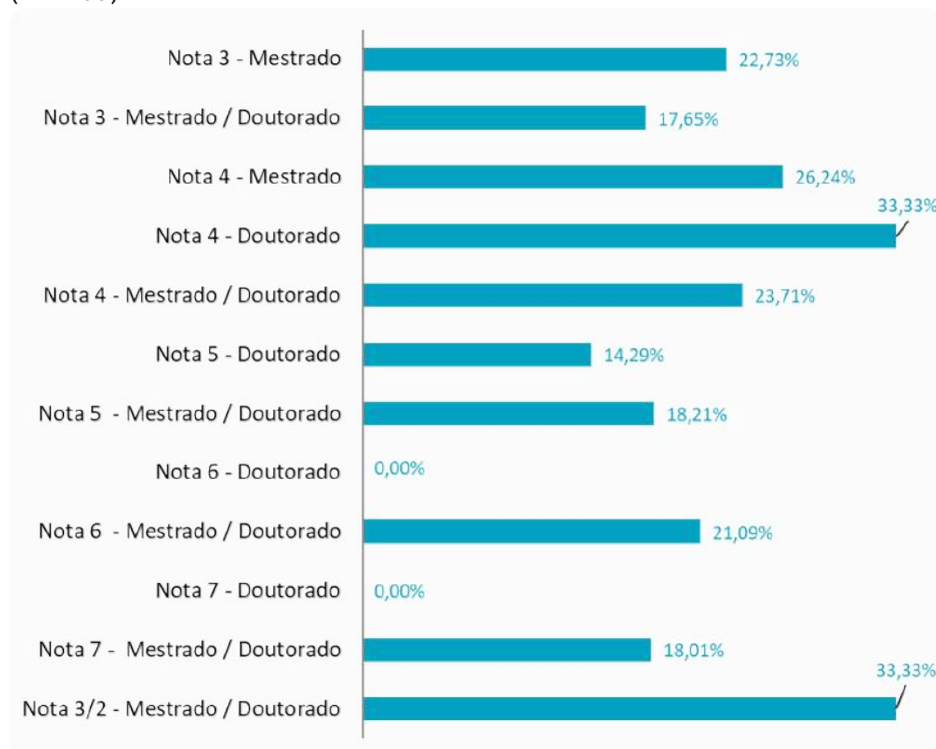


GRÁFICO 5 - PROPORÇÃO DOS PROGRAMAS COM AÇÃO AFIRMATIVA CONFORME NOTA DE AVALIAÇÃO DA CAPES (N=2763)



Se analisarmos a distribuição das iniciativas no universo de todos os programas de pós-graduação acadêmicos com a mesma nota (100% em cada categoria), é possível notar que há maior uniformidade na distribuição.

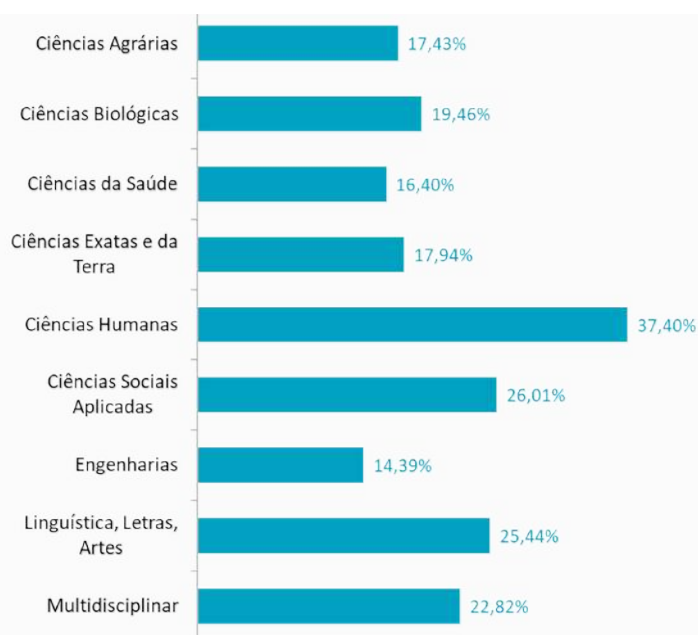
As notas 3/2* e 4 (doutorado) são as que possuem a maior proporção de programas com ações afirmativas, as quais estão presentes em 33,33% dos programas com essas notas, enquanto nas demais faixas os percentuais permanecem entre 14% e 26,24%.

*A nota como 3/2 significa que a nota 3 foi atribuída ao Mestrado e a nota 2 atribuída ao Doutorado do programa.

ÁREA DO CONHECIMENTO

Pesquisas demonstram que apesar do acesso à universidade ter se democratizado, e ter ocorrido aumento expressivo do ingresso de pretos e pardos, não houve acesso igual a todas as carreiras: áreas menos valorizadas pelo mercado de trabalho, tais como Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas incluíram mais do que as áreas duras (COSTA RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015, p. 134).

GRÁFICO 6 - PROPORÇÃO DE PROGRAMAS COM AÇÃO AFIRMATIVA COM ÁREA DO CONHECIMENTO (N=2763)



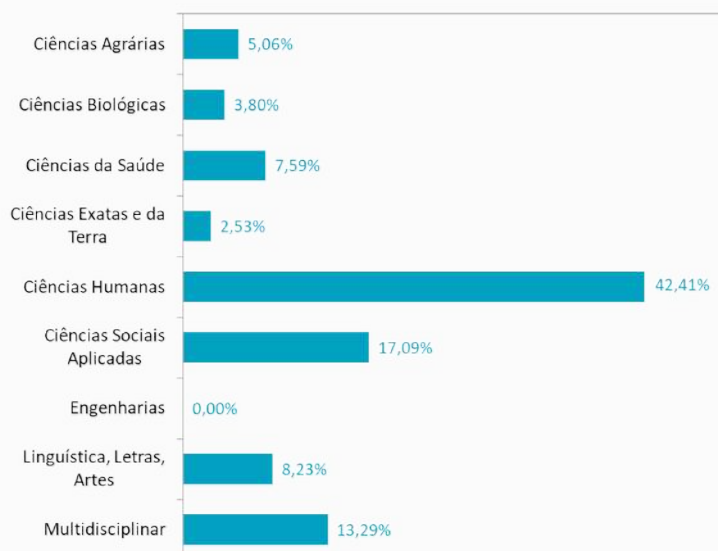
Replicando esse tipo de análise feita pelos autores para a graduação, analisamos a distribuição das políticas afirmativas para pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, organizadas pela CAPES da seguinte maneira: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar.

Nota-se que as áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes são as que possuem maior número de programas de pós-graduação com ações afirmativas, numa proporção que é próxima ao dobro daquela encontrada em cursos das áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra.

Ao analisarmos apenas os programas que instituíram ações afirmativas por iniciativa própria, desconsiderando assim aqueles que criaram por determinação legal ou dos conselhos universitários, percebe-se que os programas das áreas de Ciências Humanas e, em um segundo lugar distante, Ciências Sociais Aplicadas são aqueles com maior proporção de ações afirmativas.

Já na área de Engenharias, nenhum programa de pós-graduação criou políticas afirmativas por iniciativa própria, havendo apenas casos de iniciativas instituídas em decorrência de resoluções dos conselhos universitários e leis estaduais. Nas outras ciências duras a proporção é também bastante irrisória.

GRÁFICO 7 - PROPORÇÃO DE PROGRAMAS QUE CRIARAM AÇÃO AFIRMATIVA POR INICIATIVA PRÓPRIA CONFORME A ÁREA DO CONHECIMENTO (N=158)



DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

No que se refere à distribuição das políticas pelo território nacional, o levantamento mostra que a região Nordeste é a que concentra o maior número de programas com ações afirmativas, seguida da região Centro-Oeste.

No caso da pós-graduação, a região com o menor número de iniciativas é a Sul, em que apenas 9,52% dos programas criaram tais políticas.

GRÁFICO 8 - PROPORÇÃO DE PROGRAMAS COM AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO CONFORME A REGIÃO DO PAÍS (N=2763)

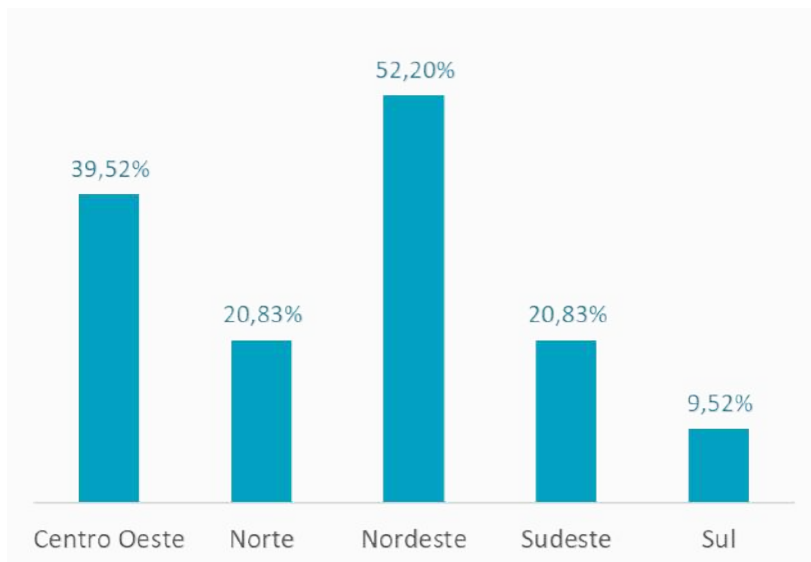
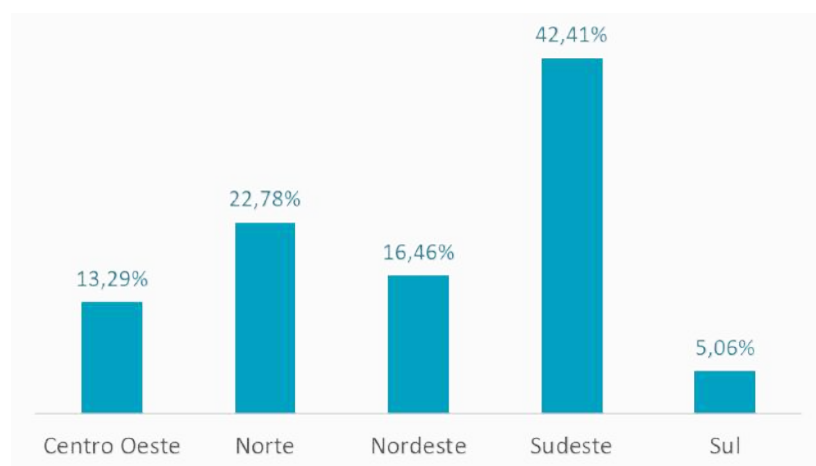


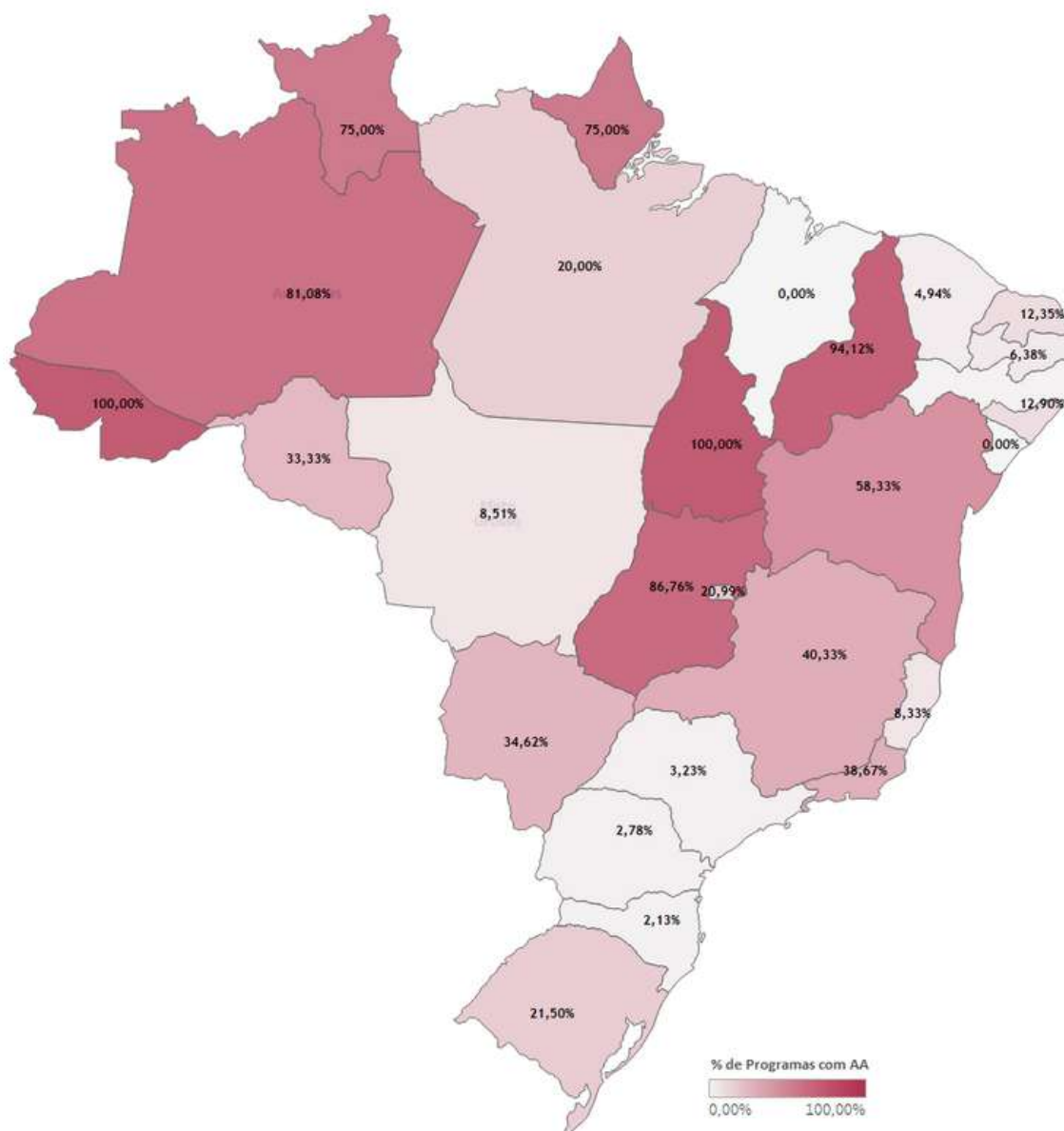
GRÁFICO 9 - PROPORÇÃO DE PROGRAMAS QUE CRIARAM AÇÃO AFIRMATIVA POR INICIATIVA PRÓPRIA CONFORME A REGIÃO DO PAÍS (N=158)



Se considerarmos apenas os programas que instituíram ações afirmativas por iniciativa própria, desconsiderando assim aqueles que criaram por determinação legal ou dos conselhos universitários, nota-se que a região Sudeste é a que concentra o maior número de iniciativas (42,41%), dado diametralmente oposto ao que ocorreu com as cotas na graduação até pelo menos 2012, pois o Sudeste foi então a região mais resistente (FERES JÚNIOR, DAFLON & CAMPOS, 2011).

Na distribuição das iniciativas pelos estados da Federação, há aqueles em que todos os programas pós-graduação adotaram ações afirmativas, como é o caso do Acre e de Tocantins, enquanto há casos em que nenhum programa do estado possui esse tipo de política, como Maranhão e Sergipe. Em termos proporcionais, os estados do Acre, Goiás, Piauí e Amazonas lideram o ranking.

MAPA 1 - PROPORÇÃO DE PROGRAMAS COM AÇÃO AFIRMATIVA CONFORME O ESTADO (N=2763)



Os estados com o maior número de políticas são Bahia (77 programas), Minas Gerais (121 programas) e Rio de Janeiro (99 programas). O Estado de São Paulo concentra um dos maiores números de políticas afirmativas criadas pelos próprios programas de pós-graduação na região Sudeste, com 17 iniciativas, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro com 35 iniciativas. Mas quando colocamos esse número em relação ao total de programas de pós-graduação do estado, percebemos que São Paulo apresenta de fato um dos índices mais baixos do país, apenas 3,23%.

O estado bandeirante foi até hoje o que mais resistiu à implantação de cotas raciais na graduação, vide a ineficiência dos programas de bônus implantados por UNICAMP (VENTURINI & FERES JÚNIOR, 2016) e USP (VENTURINI, 2015) ou o enorme atraso com que a UNESP, a UNICAMP e a USP adotaram cotas. Ainda que seja necessário investigarmos mais detalhadamente, tudo leva a crer que resistência similar está agora ocorrendo na pós-graduação, provavelmente liderada pela mesma tríade de universidades estaduais que concentram a imensa maioria dos programas de pós-graduação em universidades públicas do estado.

CONCLUSÃO

O processo de adoção de políticas de ação afirmativa na pós-graduação brasileira, cujo desenvolvimento vimos acompanhando, apresenta especificidades em relação à implantação de tais políticas na graduação, além é claro do fato de ser mais recente.

O presente estudo mostra uma mudança de orientação de tais iniciativas, que antes eram majoritariamente produto de deliberações internas dos programas e passaram a ser regidas, recentemente, por regras exaradas pelos conselhos universitários. Isso fez com que programas originalmente resistentes à adoção dessas políticas, como os pertencentes às áreas duras da ciência, fossem forçados a adotá-las.

Outra característica peculiar das ações afirmativas na pós-graduação é seu viés marcadamente racial e cultural, se comparadas às primeiramente adotadas na graduação. Estaríamos mais próximos de um modelo de ação afirmativa multicultural? Essa é questão que vale a pena examinarmos em outra oportunidade. Por enquanto é importante anotar que os grupos beneficiados parecem atender a critérios de diversidade cultural mais do que propriamente de igualdade de oportunidades de fundo econômico.

Por fim, as diferenças da intensidade de adesão às políticas no que toca as diferentes carreiras acadêmicas, regiões do país e estados são matéria de grande interesse e potenciais objetos de estudos posteriores. O conservadorismo das ciências duras no que toca à inclusão social é conhecido e o protagonismo das ciências humanas é de se esperar, dado que no seu interior questões como desigualdades, justiça, educação e oportunidades são estudados. A resistência das universidades estaduais paulistas a políticas de democratização do acesso novamente se faz sentir, agora na pós-graduação. Resta saber, contudo, se os programas implantados nas várias áreas terão rendimento comparável, ou se barreiras adicionais à inclusão não serão criadas em programas mais renitentes. As diferenças estaduais e regionais parecem obedecer a vários fatores, tanto de dependência de percurso quando de número e natureza das instituições de ensino. Somente um estudo mais aprofundado poderá esclarecer suas causas.

Enquanto o país vive uma crise institucional sem precedentes, com uma onda regressista ainda não vista na Nova República, as políticas de ação afirmativa figuram entre as poucas frentes de expansão de direitos que ainda avança.

REFERÊNCIAS

- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa & SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 4oed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, v. 1, p. 133-162.
- FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. A ação afirmativa no ensino superior brasileiro. (Levantamento das políticas de ação afirmativa). GEMAA, IESP-UERJ, 2011, p. 1-20.
- VENTURINI, Anna Carolina. O Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp). Rio de Janeiro: GEMAA, IESP-UERJ, 2015, p. 1-17. (Textos para Discussão do GEMAA, n. 9).
- VENTURINI, Anna Carolina. Ações Afirmativas na Pós-Graduação. Infográfico, GEMAA, IESP-UERJ, 2017.
- VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Onze anos da ação afirmativa sem cota da Unicamp. Rio de Janeiro: GEMAA, IESP-UERJ, 2016, p. 1-24. (Textos para Discussão do GEMAA, n. 11).